

RESENHA

A recente obra "17 contradições e o fim do capitalismo", de David Harvey, suas propostas inovadoras e sua relação com o direito.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

Enzo Bello

Pós-Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto III da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) - UFF. Editor-chefe da Revista Culturas Jurídicas (www.culturasjuridicas.uff.br). Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES). Email: enzobello@gmail.com

Rene José Keller

Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Advogado trabalhista. Email: rene.j.keller@gmail.com

O britânico David Harvey, geógrafo de formação e economista político por erudição, um dos mais notórios e conceituados teóricos contemporâneos no campo do marxismo, anuncia em seu livro mais recente publicado no Brasil, "17 contradições do capital e o fim do capitalismo"¹, que esta é a sua obra mais perigosa. Em certa medida, quem acompanha a trajetória acadêmica de Harvey pode assentir com essa premissa, ainda que alguns pontos sejam passíveis de crítica construtiva.

Inicialmente conhecido por seus textos sobre urbanismo, publicados na década de 1980, Harvey obteve maior evidência nas décadas seguintes por meio de análises gerais de conjuntura em livros sobre temáticas específicas (imperialismo², neoliberalismo³, direito à cidade⁴) e, mais recentemente, mediante seu denominado "Projeto Marx". Este envolve a produção de uma série de livros e vídeos⁵ com o objetivo de tornar acessíveis o método e as categorias de Marx ao público contemporâneo, num viés de economia política.

Em todo esse conjunto, seu perfil é geralmente analítico, salvo em textos mais curtos de intervenção política, como por exemplo, no *Occupy Wall Street* de 2011 e nas Jornadas de Junho de 2013. Em "17 contradições do capital e o fim do capitalismo", Harvey agrega às suas análises teóricas uma parte propositiva, prognóstica, na qual tenta formular possíveis saídas às recentes crises do capitalismo pela e para a esquerda. Eis o motivo pelo qual considera este livro como o mais "perigoso": além de fornecer as ferramentas para a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista na contemporaneidade a partir de suas contradições, ousa vislumbrar pautas e estratégias para a sua superação. Este último aspecto será o mais enfatizado na presente resenha.

¹ HARVEY, David. 17 contradições do capital e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. Edição original em inglês: Seventeen contradictions and the end of capitalism. London: Profile Books, 2014.

² Idem. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

³ Idem. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

⁴ Idem. Cidades Rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

⁵ Para entender O capital: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013; Para entender O capital: Livros II e III. São Paulo, Boitempo, 2014. Reading Marx's Capital with David Harvey: <https://www.youtube.com/user/readingcapital>

Desde o início, o autor deixa clara sua opção metodológica em realizar um exercício de abstração, no qual separa o capital e o capitalismo⁶, conferindo centralidade operacional à categoria “contradição”, fundamental nas análises econômicas de Marx sobre o capital. Seu propósito é recortar um objeto viável de ser abordado e manejado, de maneira nuclear, evitando as inúmeras encruzilhadas que o modo de produção capitalista proporciona. Assim, considera o capital como o “motor econômico”⁷ do capitalismo e reforça essa separação em reiteradas passagens.

Um argumento que ilustra a importância dessa separação proposta é o de que o capitalismo abordaria uma série de questões (como a racial, a de gênero etc.) que não necessariamente tocariam os elementos estruturais de contradição econômica do capital. Ciente que essa opção metodológica lhe traria críticas dos movimentos que lutam por reconhecimento, o autor esclarece:

Não estou dizendo, portanto, que tudo que acontece no capitalismo é motivado por contradições do capital. No entanto, quero identificar aquelas contradições internas do capital que foram responsáveis pelas crises recentes e que dão a entender que não há saída sem a destruição da vida e da subsistência de milhões de pessoas no mundo todo⁸.

A obra é dividida em três partes: (i) as contradições fundamentais; (ii) as contradições mutáveis; (iii) as contradições perigosas. As primeiras dizem respeito ao funcionamento essencial do capital, sem as quais este não pode se reproduzir, cujos princípios são observáveis “em qualquer época ou lugar”⁹. As mutáveis, por sua vez, correspondem às que não são estáveis ou permanentes, mudando sempre de lugar¹⁰. Por fim, as perigosas seriam as que potencialmente poderiam conduzir à superação do capitalismo.

Os pontos da obra são:

⁶ HARVEY, David. 17 contradições..., op. cit., p. 19-22.

⁷ Idem. Ibidem, p. 20-21.

⁸ HARVEY, David. 17 Contradições..., op. cit., p. 21.

⁹ Idem. Ibidem, p. 90.

¹⁰ Idem. Ibidem, p. 101.

(i) **contradições fundamentais:** (1) valor de uso e valor de troca; (2) o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; (3) propriedade privada e o Estado capitalista; (4) apropriação privada e riqueza comum; (5) capital e trabalho; (6) capital como processo ou como coisa; (7) a unidade contraditória entre produção e realização.

(ii) **contradições mutáveis:** (8) tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; (9) divisões do trabalho; (10) monopólio e competição: centralização e descentralização; (11) desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaços; (12) disparidades de renda e riqueza; (13) reprodução social; (14) liberdade e dominação.

(iii) **contradições perigosas:** (15) crescimento exponencial infinito; (16) relação do capital com a natureza; (17) a revolta da natureza humana: alienação universal.

Talvez a maior proeza da obra tenha sido extrair, principalmente de "O Capital" e dos "Grundrisse", de Karl Marx, as contradições que até hoje tencionam e conformam a materialidade da vida sob a égide do capital. Elas atravessam o modo de produção capitalista nos mais diversos países, pois dizem respeito à sua própria engrenagem. Esse exercício é válido para compreender como o desenvolvimento do capital pressupõe a criação de contradições que são insolúveis, ínsitas ao movimento do capital, gerando crises que afetam a vida de pessoas ao redor de todo o globo.

Especificamente para os acadêmicos de Direito que estudam a obra, as contradições de números 1 e 3 abordam dois temas centrais para uma crítica marxista do Direito: (i) o processo de mercantilização dos direitos e a consequente negação destes aos pobres; (ii) a necessidade do Estado para a reprodução do capital. É fato que o papel do Estado na reprodução do capitalismo já foi objeto de estudo há certo tempo, por exemplo, por Joachim Hirsch¹¹. Ainda assim, o enfoque dado por Harvey segue linha diversa, notadamente ganhando uma robusta justificação nos termos da economia política.

Com isso, demonstra como, por um lado, o capital necessita precificar direitos para conter as crises de acumulação e, por outro, que tratar os direitos como valor de troca e não valor de uso pode gerar a própria restrição de

¹¹ Cf. HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

acesso aos direitos¹². Ou seja, fornece uma fundamentação concreta do motivo pelo qual os direitos sofrem processos de precificação crescente, especialmente sob a égide do projeto político neoliberal.

Assim, Harvey oferece, pioneiramente, uma abordagem pela esquerda da relação entre o reconhecimento normativo dos direitos e as limitações econômicas materiais que impedem sua concretização. Isto é, uma alternativa teórica robusta à abordagem liberal dos autores da *Law and Economics* (Análise Econômica do Direito), como Ronald Coase e Richard Posner, e da Teoria dos Custos dos Direitos, como Stephen Holmes e Cass Sunstein, a partir das quais se chega ao despautério de sustentar a negativa de aplicação (quijá até a existência) de direitos em função da não provisão de recursos.

Se por um lado as contradições abordadas no campo da economia política apenas ratificam as convicções da necessidade de criação de uma sociabilidade alternativa ao capital, por outro, o ponto mais fraco da obra situa-se justamente na terceira parte, que trata das possíveis formas de superação do capital. Ainda que considere as três contradições finais como perigosas, *i.e.*, o crescimento exponencial, a questão ambiental e a alienação universal, a aposta de Harvey centra-se nesta última: "Não é de todo impossível que, a um certo custo, o capital consiga sobreviver às contradições examinadas até aqui"¹³, oportunidade em que passa a analisar o que chama de alienação universal.

Nesse aspecto a argumentação parece hesitante, ao passo que a fundamentação teórica demandaria uma leitura mais acurada da tradição marxista, incorrendo no que se pode denominar de déficit sociológico. Inicialmente, destaca-se que Harvey, a par de conhecer a ruptura epistemológica proposta por L. Althusser entre os escritos do jovem e do velho Marx¹⁴, encara a obra deste como uma unidade, a exemplo do seu principal referencial teórico no marxismo, Henri Lefebvre¹⁵.

Não obstante Marx tenha examinado a categoria de alienação nas obras *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, *A Sagrada Família* e *Ideologia*

¹² HARVEY, David. op. cit., p. 29-34.

¹³ Idem. Ibidem, p. 245.

¹⁴ Cf. ALTHUSSER, Louis. Por Marx. Campinas: Unicamp, 2015, p. 25.

¹⁵ Cf. LEFEBVRE, Henri. Critique of Everyday Life. Vol. I. New York/London: Verso, 2008, p. 79.

Alemã, Harvey baseou-se exclusivamente na primeira. Ocorre que, a alienação não é uma contradição do capital no sentido de "motor econômico" como as demais até então analisadas, senão reflexo da separação necessária entre capital e trabalho. Mesmo que se considerasse a alienação universal como uma contradição do capital ainda assim, para justificar o seu ponto Harvey recorre praticamente a uma única fonte de fundamentação, André Gorz, um autor polêmico na tradição marxista¹⁶. A partir dele, Harvey fundamenta a necessidade de se forjar um humanismo revolucionário, devendo-se enfrentar principalmente o consumo, que seria compensatório à alienação experimentada pelo trabalhador.

A contradição que David Harvey incorre é partir da premissa de que o consumo se torna compensatório e imagina, na outra mão, que ele terá a capacidade de redimir da alienação experimentada, sendo apta a forjar uma subjetividade revolucionária¹⁷. Aqui, parece ausente uma categoria marxiana central: ideologia. Harvey não consegue justificar como, faticamente, a alienação seria suprimida, já que reconhece o potencial desta à conformação da subjetividade da classe trabalhadora, promovendo a adequação à racionalidade imposta pelo capital.

Outro ponto contraditório, e até mesmo surpreendente, da obra é a conclamação da superação das contradições do capital pela via da violência, recorrendo a Frantz Fanon, para quem a questão racial é marcante. Ou seja, no momento em que deveria postular a superação das contradições do capital, Harvey viu-se obrigado a recorrer a um autor que denunciou o que considera as contradições do capitalismo e não do capital, embora seu exercício de abstração por vezes tenha se tornado difícil, como reconhece o próprio autor: "Estamos agora em um daqueles pontos de interação fundamentais, às vezes

¹⁶ "Discutir a obra de André Gorz é um empreendimento difícil, dada a amplitude da sua obra, suas múltiplas fases e momentos, sua originalidade, suas oscilações, suas continuidades e descontinuidades. Mesmo sendo leitor de alguns de seus livros, eu não me aventuraria a fazer uma crítica de sua volumosa e densa produção, trabalho para especialista da escritura gorziana. ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 263.

¹⁷ HARVEY, David. op. cit., p. 247.

confusos e desconcertantes, em que capital e capitalismo não podem ser separados. Isso acontece em particular com as questões de raça"¹⁸.

Além disso, por influência de Lefebvre, Harvey não considera a fábrica o ponto central da geração da subjetividade revolucionária, como o fazia o marxismo tradicional. No entanto, tampouco refere qual seria a subjetividade revolucionária que impulsionaria esse processo violento de derrubada do capitalismo, caracterizando-se uma espécie de voluntarismo sem sujeito. Isso faz com que se eleve ainda mais o grau de abstração, deixando de atentar ao alerta de Marcuse, por ele referido ao longo da obra:

Na falta de agentes e veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração. Não há campo algum no qual teoria e prática, pensamento e ação se harmonizem. Até mesmo a análise mais empírica das alternativas históricas parece especulação irreal, e a adesão a ela uma questão de preferência pessoal (ou grupal)¹⁹.

A hesitação de Harvey em apontar uma determinada subjetividade coletiva que sustentasse as suas hipóteses de superação do capital, em verdade, encontra-se em um espectro de indefinição maior dentro da teoria marxista. Ao menos desde a década de 60 proliferam-se os estudos que retiraram a centralidade do proletário fabril, despojando-o da vocação para sujeito ontologicamente revolucionário, todavia, sem precisar quem ocuparia esta lacuna de subjetividade. O problema, portanto, atravessa não apenas o texto de Harvey, senão a teoria marxista que procura compreender qual seria o ator social capaz de impulsionar um processo de transformação radical do capitalismo.

A fim de se esquivar de apontar para uma subjetividade em específico, preenchendo de alguma forma a ausência de sujeitos que romperiam com a alienação universal, Harvey poderia ter utilizado a teoria do evento, de Alain Badiou. Na formulação de Badiou, o evento representa a criação de possibilidades que estavam invisíveis ou até mesmo eram impensadas, sendo

¹⁸ Idem. Ibidem, p. 155.

¹⁹ MARCUSE, Herbert. Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 16.

que inexistia constituição da subjetividade antes do engajamento fático à "Ideia" que dele surge.

A "Ideia" do evento político representa a *possibilidade* em nome da qual as pessoas agem, transformam-se e iluminam a criação de uma nova verdade²⁰. A constituição do sujeito somente ocorre a partir do engajamento ao evento (fidelização), não havendo subjetividade antes da formação deste²¹, sendo que todo evento está situado no local em que se "concentra a historicidade da situação"²².

O que parece central, e deve ser ressaltado, é que as contradições elencadas por Harvey se prestam para estudos nas mais diversas áreas do saber, ao passo que estão imbricadas com o próprio movimento de acumulação do capital, formando um conjunto de elementos para que o pesquisador se volte à sua realidade imediata. Esse exercício de compreensão de como o capital se move de forma contraditória permite que se utilize desse conhecimento para examinar materialidades concretas, tendo em vista que são elementos estruturais presentes na própria dinâmica do capital.

A tarefa consiste, portanto, em particularizar e subjetivar as contradições a partir da materialidade da vida social brasileira, permitindo demonstrar como essas contradições estão entrelaçadas com o processo de acumulação de capital. Nada obsta, a título ilustrativo, que se esclareça como a reprodução do capital no Brasil está diretamente conectada à exploração da força de trabalho do negro, ou da mulher - para citar apenas duas subjetividades que têm formas diferenciadas de opressão dentro da própria ótica de reprodução contraditória do capital - e que, a partir dessa compressão, sejam construídas alternativas, sem moldes pré-formatados, em termos de novas subjetividades insurgentes e ações políticas e transformadoras.

Essa parece ser uma das maiores virtudes da obra "17 contradições do capital e o fim do capitalismo": apresentar à esquerda um chamariz para a

²⁰ BADIOU, Alain. *Philosophy and Event*. Cambridge: Polity, 2014, p. 9-14.

²¹ Idem. *Para uma Nova Teoria do Sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 110-111.

²² Idem. *O Ser e o Evento*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1996, p. 143.

criatividade na construção de alternativas em/a um mundo capitalista em crise.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Unicamp, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

BADIOU, Alain. **Philosophy and Event**. Cambridge: Polity, 2014.

_____. **Para uma Nova Teoria do Sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **O Ser e o Evento**. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1996.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Para entender O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender O capital: Livros II e III**. São Paulo, Boitempo, 2014.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Vol. I. New York/London: Verso, 2008.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.